



GRANDE MOINHO CEARENSE S.A.

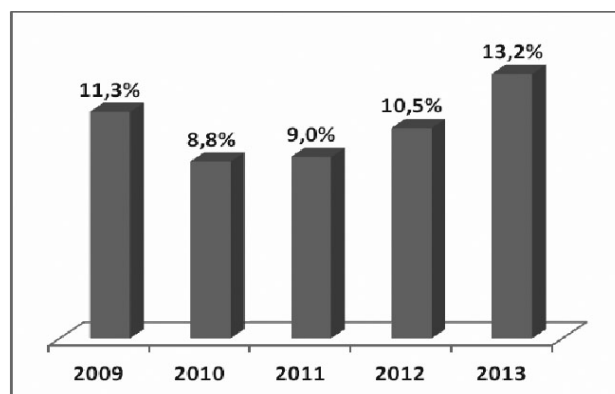
CNPJ/MF nº 07.199.805/0001-55

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - RESULTADO DE 2013

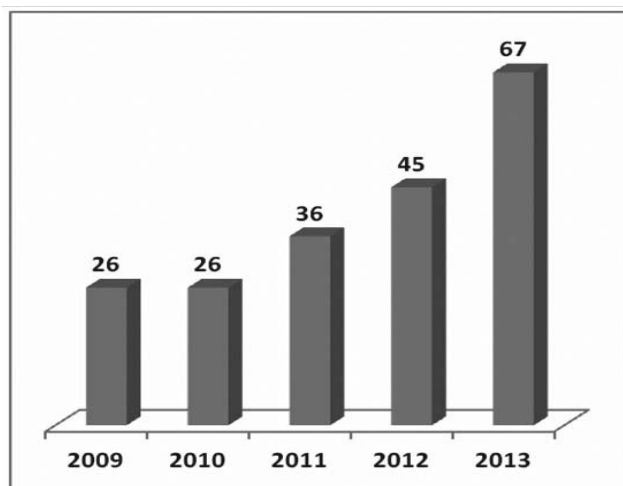
Senhores (as) Acionistas e à Sociedade,

Em atendimento às disposições societárias, apresentamos o Relatório de Administração do Grande Moinho Cearense S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. **1. Mensagem** - O ano de 2013 foi marcado pelo aniversário de 50 anos de operação do Grande Moinho Cearense, reiterando características marcantes da "identidade" que a empresa construiu nesta trajetória de meio século de atuação no competitivo mercado de trigo e farinhas de trigo. Apesar dos inúmeros desafios do seu ambiente de negócios, a atuação da sua equipe de colaboradores comprometidos, competentes e que exercem seu pleno potencial, tornou possível realizações que confirmam a excelente aceitação dos seus produtos nos mercados em que atuam, destacadamente, nas regiões Norte e Nordeste. **2. Contexto do Negócio** - Ambiente Econômico - O cenário externo em 2013 permaneceu desafiador, nas economias maduras, notadamente na Zona do Euro, altas taxas de desemprego persistente por longos períodos, somado a implementação de ajustes fiscais e às incertezas de ordem política traduziram-se em novas quedas nos investimentos, tornando lenta a recuperação da atividade econômica na Europa. Destacou-se uma nova desaceleração do crescimento da economia da China e os Estados Unidos, ainda em fase de recuperação, anunciando corte gradual da política de incentivo à economia e perspectiva de aumento da taxa de juros pelo FED – Federal Reserve (Banco Central Norte Americano), que resultou em antecipação dos mercados a essa possibilidade e ocasionou desvalorização do REAL em 14,64% frente ao dólar Norte Americano. Na América Latina o crescimento econômico seguiu modesto, com destaque para as eleições na Venezuela, Chile e Peru e pela instabilidade política e econômica do vizinho parceiro comercial, Argentina, que muito contribuiu para o desabastecimento de trigo no Brasil. No Brasil o ano de 2013 foi marcado pelo fraco crescimento da atividade econômica, devendo o PIB crescer 2,3% (projeções de mercado), tendo a produção industrial crescido somente 1,2% (Fonte IBGE) e o varejo apresentado forte desaceleração do crescimento das vendas, caindo de 8,0% em 2012 para 3,6% no presente exercício (incluindo vendas de automóveis e materiais de construção), indicadores muito aquém das expectativas do início 2013. A inflação apresentou persistência e alcançou crescimento de 5,91% mediado pelo IPCA, portanto, acima do centro da meta de 4,5% projetado pelo Governo, com isso o cenário de juros baixos não se sustentou. Dado a pressão inflacionária persistente desde o último trimestre de 2012, o Comitê de Política Monetária (COPOM) elevou ao longo de 2013 a taxa Selic de 7,25% a.a. para 10,00% a.a. e, em 15/01/2014, mantendo a mesma política monetária, voltou a elevar para os atuais 10,50% a.a. A taxa de desemprego, que caiu para o menor nível de sua história, 5,4% (5,5% em 2012), trouxe consigo alto custo e pressão de mão-de-obra, que acumulado com os demais indicadores econômicos, mostram a necessidade das empresas de buscar ganhos de eficiência nas suas operações para continuarem competitivas. **3. Mercado do Trigo** - O ano de 2013 foi bastante atípico para o setor moageiro nacional, tendo o principal fornecedor brasileiro, a Argentina, apresentado forte queda na produção tritícola na safra 2012/2013, com 9,3 milhões toneladas de trigo colhidas, representando 60% do volume produzido/colhido na safra anterior de 2011/2012, que foi de 15,5 milhões de toneladas de trigo, resultando na imediata suspensão do abastecimento aos Moinhos brasileiros, iniciado entre os meses de março e abril. Com essa decisão, os Moinhos brasileiros se viram obrigados a importar trigo de outros mercados, basicamente Norte Americano e Canadense, tendo o Governo Federal definido quota de 1,5 milhões de toneladas de trigo para importação sem a aplicação do adicional da TEC (Tarifa Externa Comum), que consiste no Imposto de Importação de 10% sobre o trigo de origem de fora do MERCOSUL, inicialmente válido até Julho/2013. A partir de Julho de 2013, iniciou-se uma batalha das empresas e da ABITRIGO para que o Governo Federal entendesse a forte crise de desabastecimento de trigo por que passava o Brasil, e liberasse mais quotas de importações sem o adicional da TEC, dado que a safra nacional só teria início de sua colheita no último trimestre do ano, e a Argentina só iniciaria a colheita de sua produção na 2ª quinzena do mês de novembro. O que se viu nos meses seguintes foi o agravamento da crise de abastecimento do trigo, a elevação dos preços nos mercados internacionais, além de fortes chuvas no Paraná terem afetado o volume a ser colhido e a qualidade do grão. O estado do Rio Grande do Sul apresentou certa estabilidade na colheita do grão, entretanto, a qualidade apresentada está aquém das expectativas que atendam o setor de panificação, cada vez mais exigente por farinhas de

trigo de melhor qualidade. Com as dificuldades enfrentadas para que houvesse entendimento pelos vários Ministérios que autorizam a liberação da TEC, os Moinhos tiveram forte incremento nos seus custos, com vários deles importando trigo com adicional da TEC, quer seja por indefinição e morosidade nas liberações das novas quotas, quer seja por questões de logística e abastecimento das suas plantas industriais, não esperando que novas quotas fossem liberadas sem imposto. O agravante se deu nas Regiões Nordeste e Norte do país por falta de entendimentos diversos das autoridades governamentais, sendo que o último trimestre de 2013 foi bastante nervoso pela indefinição quanto à liberação das novas quotas, pela insensibilidade governamental de entender que a produção nacional não atende toda a demanda brasileira, que os estados produtores do Paraná e do Rio Grande do Sul não possuem infraestrutura para armazenar e escoar a produção em larga escala, com os Portos do Rio Grande/RS e Paranaguá/PR congestionados, pela ausência de transporte marítimo de cabotagem e, por fim, por concorrer com a soja, produto destinado à exportação e que, portanto, gera divisas para o Brasil. Com todos os gargalos de abastecimento da sua matéria prima, alto custo de importação do trigo, pagamento do adicional da TEC sobre as importações de trigos Norte Americano e Canadense, o Grande Moinho Cearense S.A. ainda teve que lidar com um novo ambiente tributário. **4. Tributação** - O ano de 2013 foi caracterizado por profundas alterações na sistemática de cálculo do ICMS, fruto da guerra fiscal existente entre estados. Essa alteração se deu através da Resolução nº 13 de 2012 do Senado Federal, e dos Ajustes Sinief nºs 19/2012 e 20/2012, com demais regulamentações, com início da vigência em 01/01/2013. Estas legislações alteraram a carga tributária para produtos cujo conteúdo de importação apresentasse composição superior a 40%, onerando os custos com a redução da alíquota de ICMS para crédito do adquirente de 12% para 4% sobre as vendas dos produtos enquadrados por essa metodologia de cálculo; entretanto, as empresas que trabalham com conteúdo de importação inferior a 40%, mantiveram o percentual de 12% para crédito do adquirente e, portanto, se tornaram mais competitivas. Essa alteração tributária foi prontamente efetuada pela Companhia, uma vez que todo o trigo utilizado no exercício de 2013 teve sua origem no exterior. Sendo assim, como todo o trigo consumido no processo produtivo da empresa no exercício de 2013 foi importado, a farinha de trigo produzida e vendida passou a se enquadrar nessas novas definições tributárias, o que resultou em quedas das margens, vez que o crédito do adquirente foi reduzido de 12% para 4%, que foi prontamente repassado pelo Grande Moinho Cearense através da concessão de descontos nos preços das farinhas de trigo comercializadas, não onerando assim os preços dos produtos na ponta para o adquirente, tendo a Companhia arcado, portanto, com todo o ônus dessa alteração tributária. Por sua vez, o Estado do Ceará, através de um novo Decreto de ICMS sobre o trigo, Decreto nº 31.109/2013, vigente também a partir de 01/01/2013, manteve a carga tributária em 34% sobre o preço do custo de aquisição (FOB + FRETE) do trigo, entretanto, introduziu uma nova metodologia de cálculo que reduziu o incentivo fiscal estadual vigente até então em um terço (perda de 33%). Acrescente-se a essas duas alterações, mudanças nas legislações do ICMS em mais 4 (quatro) estados que atuamos com vendas, tais como: Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, ora alterando a pauta de entrada das farinhas em até 40%, ora alterando o percentual de agregação do ICMS substituto, de forma que a carga tributária praticada teve enorme incremento, que somados às duas outras alterações mencionadas, impactou sobremaneira nossos resultados. Quadro I – Relação percentual dos Impostos sobre Vendas x Receita Bruta Vendas.



Quadro II – Crescimento em R\$ milhões dos Impostos sobre as Vendas



Comparativamente ao exercício de 2012 o ano de 2013 apresentou crescimento do faturamento bruto de 17,74% e os impostos sobre as vendas cresceram 48,9%, portanto, houve incremento real de tributação da ordem 26,42%, que representou R\$ 14,0 milhões de redução na margem de contribuição da Companhia, uma vez que não se conseguiu passar esse montante ao preço, por ser específico da empresa, ser do Ceará e ser exportadora.

Todas essas mudanças tributárias que ocorreram ao longo de 2013, seja a nível nacional, seja a nível estadual, afetaram bastante as margens de contribuição dos nossos produtos, entretanto, permanecemos firmes com as nossas vendas em todos os mercados que atuamos e que foram

conquistados pela excelência dos produtos fabricados pela Companhia, sabendo que em um dado momento, todo esse intrincado e oneroso mecanismo tributário será equacionado e que nosso produto estará lá ocupando a preferência do consumidor.

5. Desempenho Operacional

2013 como já dissemos foi atípico e desafiador, entretanto, em nada arrefeceu os ânimos dos Colaboradores em superar os desafios que foram sendo apresentados ao longo do ano; com isso a Companhia apresentou faturamento bruto e líquido de R\$ 510.789 mil e R\$ 433.782 mil, respectivamente, lucro operacional e lucro líquido de R\$ 71.815 mil e R\$ 59.868 mil, respectivamente e geração de caixa, medida pelo EBITDA de R\$ 69.658 mil.

Quadro III - Resumo dos Principais Indicadores Financeiros da Companhia nos últimos cinco anos.

R\$ Milhões	2009	2010	2011	2012	2013	CAGR 2009 - 2013
Receita Bruta	232	298	399	434	511	21,86%
Receita Líquida	203	264	356	377	433	20,91%
Lucro Operacional	39	66	84	99	72	16,42%
Lucro Líquido	34	54	73	98	60	15,34%
EBITDA	42	69	81	111	69	13,45%

* Taxa composta de crescimento anual – CAGR

Agradecemos aos Acionistas pela confiança depositada nos administradores da Companhia, aos Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras pela parceria demonstrada ao longo do exercício de 2013, e aos nossos Colaboradores pela dedicação, comprometimento, empenho e forte espírito de equipe profissional demonstrado, criativa capacidade de adaptação e superação das adversidades, além de empolgante entusiasmo e dinamismo para alcançar as desafiadoras metas que resultaram nos excelentes resultados que ora divulgamos.

Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012
					(Reapresentado)						(Reapresentado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	108.720	153.388	109.197	155.163	Financiamentos e empréstimos	12	4.677	7.315	9.336	10.314
Aplicações financeiras	6	-	-	36.971	28.000	Fornecedores		1.790	3.246	1.790	3.246
Contas a receber de clientes	7	42.931	37.017	42.931	37.017	Impostos e contribuições a recolher	13	6.126	15.443	6.126	15.443
Estoques	8	33.005	29.424	33.005	29.424	Salários e férias a pagar		1.617	1.312	1.617	1.312
Imposto a recuperar	9	6.370	46.439	6.370	46.439	Dividendos	17	6.486	23.510	6.486	23.510
Imposto de renda e contribuição social antecipados		10.428	14.114	10.428	14.114	Imposto de renda e contribuição social		12.106	16.453	12.106	16.453
Outros créditos		780	2.638	780	2.638	Outras contas a pagar		4.436	5.243	4.436	5.243
Despesas antecipadas		115	191	115	191	Total do passivo circulante		37.238	72.522	41.897	75.521
Total do ativo circulante		202.349	283.211	239.797	312.986	Não circulante					
Não Circulante						Financiamentos e empréstimos	12	3.875	4.413	40.461	46.762
Adiantamentos p/futuro aumento de capital	16	3.514	47.267	-	-	Adiantamentos de lucros	16	1.200	1.200	1.200	1.200
Imposto a recuperar	9	21.661	124	21.661	124	Impostos e contribuições a recolher	13	1.510	1.510	1.510	1.510
Outros créditos		3.867	1.173	3.867	1.173	Provisão para contingências	14	2.723	2.632	2.723	2.632
Investimentos	10	121.891	44.438	3.349	3.048	Outros débitos		316	318	316	318
Imobilizado	11	62.786	39.509	171.485	143.739	Total do passivo não circulante		9.624	10.073	46.210	52.422
Intangível		394	269	394	269	Patrimônio líquido	17				
Total do ativo não circulante		214.113	132.780	200.756	148.353	Capital social		176.767	54.431	176.767	54.431
						Ações em tesouraria		(4.147)	(4.147)	(4.147)	(4.147)
						Reserva de capital		11.804	11.804	11.804	11.804
						Reservas de lucros		143.988	260.431	143.988	260.431
						Ajustes de avaliação patrimonial		41.188	10.877	24.034	10.877
						Total do patrimônio líquido		369.600	333.396	352.446	333.396
Total do ativo		416.462	415.991	440.553	461.339	Total do passivo		416.462	415.991	440.553	461.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)				
Nota	Controladora		Consolidado						
	2013	2012	2013	2012					
					Controladora e consolidado				
					2013	2012	2013	2012	
					(Reapresentado)				
Receita líq.de vendas	18	432.782	377.034	436.925	377.034				
Custos dos produtos vendidos		(290.403)	(215.529)	(290.403)	(215.529)				
Lucro bruto		142.379	161.505	146.522	161.505				
Recs.(desps.)operacs.									
Despesas de vendas	19	(55.331)	(50.852)	(55.331)	(50.852)				
Desps.admins. e gerais	20	(23.619)	(21.605)	(35.774)	(21.850)				
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>1.702</u>	<u>2.119</u>	<u>9.200</u>	<u>2.119</u>				
Resultado antes do result.financ. eimps.		65.131	91.167	64.617	90.922				
Despesas financeiras	21	(4.511)	(5.384)	(10.362)	(8.784)				
Receitas financeiras	21	<u>11.195</u>	<u>13.148</u>	<u>17.457</u>	<u>32.894</u>				
Resultado financeiro		6.684	7.764	7.095	24.110				
Result.de equivalência patrimonial	10	159	15.588	262	(513)				
Resultado antes do I.R. e da contr.social		71.974	114.519	71.974	114.519				
I.R. e contrib.social	22	(12.106)	(16.468)	(12.106)	(16.468)				
Lucro líq.do exercício		59.868	98.051	59.868	98.051				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)									
		Controladora		Consolidado					
		2013	2012	2013	2012	2013	2012		
						(Reapresentado)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido do exercício		59.868	98.051	59.868	98.051				
Ajustes por:									
Depreciação e amortização		4.368	4.191	14.258	4.191				
Despesas e receitas financeiras não realizadas		-	-	-	903				
Juros, variações monetárias e cambiais s/empréstimos e financiamentos		523	870	1.481	674				
Variação cambial não realizada		-	-	6.031	5.096				
Despesas e receitas financeiras não realizadas		-	-	4.501	-				
Provisão para contingências		91	94	91	94				
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber		1.073	1.189	1.073	1.189				
Resultado na venda de ativos imobilizados		112	205	112	205				
Resultado de equivalência patrimonial		(159)	(15.588)	(262)	513				
Outras despesas		-	-	(7.498)	(13.461)				
		<u>65.876</u>	<u>89.012</u>	<u>79.655</u>	<u>97.455</u>				
Variações nos ativos e passivos									
(Aumento) redução em contas a receber e outras contas a receber		(7.725)	(10.339)	(7.725)	20.069				
Aumento nos estoques		(3.581)	(6.957)	(3.581)	(6.957)				
(Aumento) redução nos impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social		22.195	(20.523)	22.195	(20.523)				
Aumento (redução) em fornecedores		(1.456)	1.390	(1.456)	1.390				
Aumento (redução) em impostos e contribuições a pagar		(9.316)	6.142	(9.316)	6.142				
Aumento em provisão para salários e encargos trabalhistas		305	362	305	362				
Aumento (redução) em imposto de renda e contribuição social a pagar		(4.348)	6.083	(4.348)	6.083				
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões		(807)	707	(807)	707				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		61.143	65.877	74.922	104.728				
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Aplicações financeiras		-	-	(8.970)	(5.065)				
Aquisição de imobilizado		(27.605)	(3.409)	(27.605)	(107.639)				
Aquisição de intangível		(271)	(53)	(271)	(53)				
Aplicações em investimentos		-	-	(5.708)	-				
Adiantamento p/futuro aumento de capital		(3.191)	(12.851)	-	15.733				
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(31.067)	(16.313)	(42.554)	(97.024)				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos									
Capitação de empréstimos e financiamentos		4.157	3.664	5.291	48.532				
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(7.901)	(6.991)	(12.625)	(8.234)				
Distribuição de dividendos		(71.000)	(7.786)	(71.000)	(7.786)				
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(74.744)	(11.113)	(78.334)	32.512				
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa antes da variação cambial		(44.668)	38.451	(45.966)	40.216				
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa									
No início do exercício		153.388	114.937	155.163	114.947				
No fim do exercício		<u>108.720</u>	<u>153.388</u>	<u>109.197</u>	<u>155.163</u>				
		<u>(44.668)</u>	<u>38.451</u>	<u>(45.966)</u>	<u>40.216</u>				

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações Tesou- raria	Reserva de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Ágio	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	44.692	(4.147)	11.804	8.938	98.236	80.510	3.727	-	243.760
Resultados abrangentes									
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	7.150	-	7.150
Aumento de capital (ver nota 17)	9.739	-	-	-	(9.739)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	98.051	98.051
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	1.948	-	-	-	(1.948)	-
Reserva de incentivos fiscais (Ver nota 24)	-	-	-	-	33.839	-	-	(33.839)	-
Dividendos obrigatórios (Ver nota 17 f.)	-	-	-	-	-	-	-	(15.565)	(15.565)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	46.699	-	(46.699)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	54.431	(4.147)	11.804	10.886	122.336	127.209	10.877	-	333.396
Resultados abrangentes									
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	30.311	-	30.311
Aumento de capital (ver nota 17)	122.336	-	-	-	(122.336)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	12.511	-	-	12.511
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	59.868	59.868
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	2.993	-	-	-	(2.993)	-
Reserva de incentivos fiscais (Ver nota 24)	-	-	-	-	30.932	-	-	(30.932)	-
Dividendos obrigatórios (Ver nota 17 f.)	-	-	-	-	-	-	-	(6.486)	(6.486)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	19.457	-	(19.457)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	176.767	(4.147)	11.804	13.879	30.932	99.177	41.188	-	369.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Vicente de Castro nº 6.043 - Esplanada do Mucuripe, Fortaleza, Ceará. A Companhia, com sede em Fortaleza - Ceará, fundada em 2 de junho de 1959, vem produzindo e comercializando desde 1963 farinhas de trigo, farelo e remóido de trigo para atender às indústrias de panificação, massas, biscoitos e ração animal das Regiões Nordeste e Norte do Brasil, foco da sua atuação comercial e para isso dispõe de Centros de Distribuição - CDs, estrategicamente localizados nas Cidades de Juazeiro do Norte - CE, Teresina - PI, Recife - PE, Manaus - AM, Ananindeua - PA, Timon - MA e Salvador - BA. *Relação de entidades controladas* - Segue abaixo lista das empresas controladas relevantes da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2013	2012
North Mills Holdings Corporation	Ilhas Cayman	100	100
Tergran - Term. Grãos de Fortaleza Ltda.	Brasil	33,33	33,33

2. Base de preparação - a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso das demonstrações consolidadas, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de fevereiro de 2014. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram

arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · Nota explicativa 10 (c) - informação de investidas; e · Nota explicativa 3 a. - classificação de negócio em conjunto. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual e vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber e estoques, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. **e. Mudança nas políticas contábeis** - A Companhia e suas controladas adotaram os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013. (i) CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas; (ii) CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto; (iii) CPC 45 / IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades; (iv) CPC 46 / IFRS 13 Mensuração do Valor Justo; (v) CPC 26 (R2) / IAS 1 Apresentação de Itens em Outros Resultados Abrangentes. i. CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - Como resultado das modificações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10, a Companhia mudou sua política contábil para determinar quando tem controle sobre e, consequentemente, quando ela consolida suas investidas. O CPC 36 (R3) / IFRS 10 introduziu um novo modelo de controle que foca na existência de poder da Companhia sobre uma investida, sua exposição ou direito aos retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e a habilidade de usar seu poder para afetar esses retornos. De acordo com as disposições transitórias do CPC 36 (R3) / IFRS 10, a Companhia analisou suas conclusões de controle para suas investidas em 1º de janeiro de 2013 e concluiu que não há impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras com relação a esses normativos contábeis. ii. CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto - Como resultado das modificações ao CPC 19 (R2) / IFRS 11, a Companhia alterou sua política contábil de contabilização de seus investimentos em negócios em conjunto. De acordo com o CPC 19 (R2) / IFRS 11, a Companhia classificou seus investimentos em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto. Ao realizar essa avaliação, a Companhia considerou a estrutura dos acordos, a forma legal de qualquer

veículo separado, os termos contratuais do acordo e outros fatos e circunstâncias. Anteriormente, a estrutura do acordo contratual era o único foco da classificação. A Companhia reavaliou seu envolvimento em seu único negócio em conjunto e manteve a classificação de seu investimento como um empreendimento controlado em conjunto. Como a Companhia já aplicava o método da equivalência patrimonial para seu empreendimento controlado em conjunto, não houve impacto no montante dos ativos, passivos e resultados reconhecidos pela Companhia.

iii. CPC 45 / IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades - Como resultado do CPC 45 / IFRS 12, a Companhia expandiu suas divulgações sobre seus investimentos em subsidiárias (veja nota explicativa nº 10) e investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

iv. CPC 46 / IFRS 13 Mensuração do Valor Justo - O CPC 46 / IFRS 13 estabelece uma única estrutura de mensuração e de divulgação sobre valor justo quando tais mensurações são requeridas ou permitidas por outros CPCs / IFRSs. Ele unifica a definição de valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Ele substitui e expande os requerimentos de divulgação inclusos em outros CPCs / IFRSs, incluindo o CPC 40 (R1) / IFRS 7. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46, a Companhia e suas controladas aplicaram as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e não apresentou qualquer informação comparativa para novas divulgações. Independente disso, as mudanças não tiveram um impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

v. CPC 26 (R2) / IAS 1 Apresentação de Itens em Outros Resultados Abrangentes - Como resultado da revisão do CPC 26(R2) / IAS 1, a Companhia e suas controladas não identificaram mudanças que pudessem impactar significativamente as suas demonstrações financeiras.

Sumário quantitativo dos impactos - As tabelas abaixo resumem os impactos das mudanças acima nos balanços patrimoniais consolidados, nas demonstrações de resultado consolidadas e de resultado abrangente consolidados, e nos fluxos de caixa consolidados da Companhia. Os impactos estão relacionados à não mais inclusão da controlada em conjunto Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. nas demonstrações financeiras consolidadas.

Reconciliação do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012

	31/12/2012		
	Original apresentado	Efeito da adoção de CPC 19	Saldo reapresentado
Ativo			
circulante	313.231	(245)	312.986
não circulante	147.163	1.190	148.353
Total do ativo	<u>460.394</u>	<u>945</u>	<u>461.339</u>
Passivo			
circulante	75.776	(255)	75.521
não circulante	51.222	1.200	52.422
Patrimônio líquido			
patrimônio líquido	333.396	-	333.396
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>460.394</u>	<u>945</u>	<u>461.339</u>

Reconciliação da demonstração do resultado de 2012

	31/12/2012		
	Original apresentado	Efeito da adoção de CPC 19	Saldo ajustado
Receita	379.720	(2.686)	377.034
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(217.955)</u>	<u>2.426</u>	<u>(215.529)</u>
Lucro bruto	161.765	(260)	161.505
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	(50.852)	-	(50.852)
Despesas administrativas e gerais	(22.597)	747	(21.850)
Outras (despesas) receitas	2.120	(1)	2.119
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	90.436	486	90.922
Despesas financeiras	(8.816)	32	(8.784)
Receitas financeiras	32.953	(59)	32.894
Receitas (despesas) financeiras líquidas	24.137	(27)	24.110
Resultado de equivalência patrimonial	-	(513)	(513)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	114.573	(54)	114.519
Imposto de renda e contribuição social	<u>(16.522)</u>	<u>54</u>	<u>(16.468)</u>
Resultado do exercício	<u>98.051</u>	<u>-</u>	<u>98.051</u>

Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa de 2012

	31/12/2012		
	Original apresentado	Efeito da adoção de CPC 19	Saldo ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	98.051	-	98.051
Ajustes	(925)	329	(596)
	<u>97.126</u>	<u>329</u>	<u>97.455</u>
	7.411	(138)	7.273
Variações nos ativos e passivos			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	104.537	191	104.728
Caixa líquido das atividades de investimentos	(97.139)	115	(97.024)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	32.512	-	32.512
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	39.910	306	40.216
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	115.320	(373)	114.947
No fim do exercício	<u>155.230</u>	<u>(67)</u>	<u>155.163</u>
	<u>39.910</u>	<u>306</u>	<u>40.216</u>

3. Principais políticas contábeis

Exceto pelas mudanças explicadas na nota explicativa nº 2 e., a Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de Consolidação - (i) Controladas - As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas as informações financeiras foram elaboradas utilizando a mesma data base das demonstrações encerradas, consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

(ii) Controlada em Conjunto - Controlada em conjunto é a entidade na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo CPC 19, neste caso não é realizada a consolidação proporcional de resultado e de ativos líquidos, e os saldos ou resultados de transações entre a controladora e a controlada em conjunto não são eliminados. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento na controlada em conjunto, Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme descrito acima, passou a não mais ser consolidado proporcionalmente nestas demonstrações financeiras, porém os períodos comparativos foram ajustados e estão apresentados de forma consistente nas datas base apresentadas.

(iii) Transações eliminadas na consolidação - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira - (i) Transações e saldos em moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(ii) Operação no exterior - Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Real às taxas de câmbio na data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação das controladas no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros

não derivativos - A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Ativos financeiros disponíveis para venda** - Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável (quando aplicável) e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desconhecem um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas compreendem financiamento e empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **d. Redução ao valor recuperável (impairment)** - **(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A administração reavaliou a estimativa de provisão para valor recuperável de contas a receber que era realizada com base em títulos em aberto vencidos a mais de 120 dias, para títulos em aberto vencidos a mais de

150 dias, por considerar este prazo mais adequado as características do negócio. O efeito desta reavaliação foi somente prospectivo. **(ii) Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, exceto estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **e. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo custo médio, acrescido de gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. **f. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. **Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado. **h. Arrendamentos** - **(i) Ativos arrendados** - A Companhia e suas controladas não possuem ativos provenientes de arrendamentos financeiros. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. **(ii) Pagamentos de arrendamentos** - Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento. **i. Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões** - Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **k. Capital social** - Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme definido em estatuto social, e são reconhecidos como passivo. Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentados como reservas de capital. **l. Subvenção e assistência governamentais** - Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamental. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta

específica de passivo. As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente são destinadas para reserva de incentivos fiscais. **m. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), juros ativos, variações monetárias ativas e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem variações cambiais passivas, variações monetárias passivas e despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **n. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes que são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia possui incentivo fiscal relativo à redução da alíquota de Imposto de Renda de 75% sobre o lucro da exploração. **o. Receita operacional** - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **4. Normas e interpretações ainda não adotadas** - Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia e suas controladas não planejaram adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2010), IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2009) - O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*. O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas nenhum impacto nos passivos financeiros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e depósitos bancários à vista	4.079	2.961	4.556	4.736
Fundo de investimento	104.641	150.427	104.641	150.427
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>108.720</u>	<u>153.388</u>	<u>109.197</u>	<u>155.163</u>

O fundo de investimento é uma aplicação financeira de renda fixa cujos mandatos buscam rentabilidade superior a 107% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2013, esses investimentos renderam 95,64% do CDI (110,60% do CDI em 2012). As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão classificadas como ativos financeiros mensurados pelo valor justo tendo seus ganhos ou perdas registrados diretamente contra resultado. Essas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Por essa razão foram considerados como equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações de Fluxo de Caixa.

6. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2013	2012
Ações	36.971	21.019
Ouro	-	6.981
Total de aplicações financeiras	<u>36.971</u>	<u>28.000</u>

As aplicações financeiras em ações de companhia listadas em bolsa de valores e ouro são classificadas como disponíveis para venda e a variação do seu valor justo é classificada como ajuste de avaliação patrimonial, quando material.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Duplicatas a receber de clientes - no país	47.648	40.661
Redução ao valor recuperável de contas a receber	<u>(4.717)</u>	<u>(3.644)</u>
	<u>42.931</u>	<u>37.017</u>

Composição por idade de vencimento

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Contas a receber - A vencer	37.188	30.995
Contas a receber - Vencidas		
De 1 a 30 dias	3.844	5.061
De 31 a 60 dias	604	435
De 61 a 90 dias	622	293
De 91 a 150 dias	624	390
Acima de 151 dias	<u>4.766</u>	<u>3.487</u>
Total	<u>47.648</u>	<u>40.661</u>

A redução do valor recuperável foi constituída tomando como base os títulos em aberto vencidos há mais de 150 dias em 2013 (120 dias em 2012).

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012		(2.455)
Constituição de provisão		(1.914)
Reversão/baixas		725
Saldo em 31 de dezembro de 2012		<u>(3.644)</u>
Constituição de provisão		(2.299)
Reversão/baixas		1.226
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>(4.717)</u>

Ajuste a valor presente - O prazo médio de recebimento é em torno de 31 dias (30 dias em 2012), a Administração da Companhia entende que o efeito do ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

8. Estoques

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Produtos acabados	3.773	6.008
Matérias-primas	27.698	21.940
Materiais de embalagens e almoxarifado	<u>1.534</u>	<u>1.476</u>
	<u>33.005</u>	<u>29.424</u>

9. Impostos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
ICMS antecipado	921	8.844
ICMS a recuperar	25.195	36.299
Outros impostos	<u>1.915</u>	<u>1.420</u>
Total de impostos a recuperar	<u>28.031</u>	<u>46.563</u>
Circulante	<u>6.370</u>	<u>46.439</u>
Não circulante	<u>21.661</u>	<u>124</u>

ICMS antecipado - É composto por valores pagos na importação do trigo de forma antecipada em função do regime de substituição tributária e que ainda serão alocados ou recuperados em razão da utilização do trigo. **ICMS a recuperar** - Origina-se de vendas efetuadas a estados signatários e não signatários disciplinados pelo protocolo ICMS CONFAZ nº 46/00 e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento junto ao Estado do Ceará da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros. Estes valores estão classificados no circulante e não circulante. O ativo não circulante é composto também por créditos de aquisição de ativo imobilizado.

10. Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Participação em empresa controlada e controlada em conjunto (i)	121.626	44.212	3.084	2.822
Outros investimentos	<u>265</u>	<u>226</u>	<u>265</u>	<u>226</u>
Total dos investimentos	<u>121.891</u>	<u>44.438</u>	<u>3.349</u>	<u>3.048</u>

i. Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - A Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda é o único empreendimento controlado em conjunto (joint venture) que a Companhia participa. Seu controle é compartilhado com as empresas J.Macêdo S/A e M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos na proporção de 33,33% para cada acionista. A empresa é encarregada da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, cujo objeto social é a exploração da atividade portuária.

b. Movimentação dos saldos

	North Mills Holdings Corporation	Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	23.235	3.335	26.570
Variação cambial	2.054	-	2.054
Resultado de equivalência patrimonial	16.101	(513)	15.588
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>41.390</u>	<u>2.822</u>	<u>44.212</u>
Aumento de capital	52.976	-	52.976
Variação cambial	24.279	-	24.279
Resultado de equivalência patrimonial	(103)	262	159
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>118.542</u>	<u>3.084</u>	<u>121.626</u>

c. Informações das investidas

Controlada

Ativo	Passivo
Capital social	Quantidade de ações ou quotas possuídas
Participação no capital social, no final do exercício (%)	Participação no patrimônio líquido
Participação no patrimônio líquido	Variação cambial sobre investimentos
Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial
Participação no capital social, no final do exercício (%)	Resultado do exercício

Controlada em conjunto

North Mills Holdings Corporation

2013	2012
123.370	89.857
4.828	48.468
62.857	9.881
1.000	1.000
118.542	41.390

100,00%	100,00%
118.542	41.390
24.279	2.054
(103)	16.101
(103)	16.101

Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.

2013	2012
10.208	9.233
953	766
9.204	9.204
3.038	3.038
9.255	8.467

33,33%	33,33%
3.084	2.822
262	(513)
788	(763)

11. Ativo imobilizado

Movimentação do imobilizado - Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
Custo histórico								
Saldos em 31 de dezembro de 2011	58	35.830	41.615	979	1.463	1.404	4.009	85.358
Adições	-	60	963	85	637	201	1.524	3.470
Baixas	-	-	(24)	(29)	(489)	(64)	(5)	(611)
Transferências	-	1.623	1.213	371	-	-	(3.207)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>58</u>	<u>37.513</u>	<u>43.767</u>	<u>1.406</u>	<u>1.611</u>	<u>1.541</u>	<u>2.321</u>	<u>88.217</u>
Adições	11.000	14	700	81	-	102	15.708	27.605
Baixas	-	(58)	(10)	(39)	(60)	(75)	(10)	(252)
Transferências	-	1.399	1.724	227	-	50	(3.400)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>11.058</u>	<u>38.868</u>	<u>46.181</u>	<u>1.675</u>	<u>1.551</u>	<u>1.618</u>	<u>14.619</u>	<u>115.570</u>

Depreciação Acumulada	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(15.648)	(27.241)	(610)	(631)	(952)	-	(45.082)
Adições	-	(1.390)	(2.083)	(95)	(254)	(170)	-	(3.992)
Baixas	-	-	-	13	301	52	-	366
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>(17.038)</u>	<u>(29.324)</u>	<u>(692)</u>	<u>(584)</u>	<u>(1.070)</u>	<u>-</u>	<u>(48.708)</u>
Adições	-	(1.442)	(2.234)	(117)	(251)	(176)	-	(4.220)
Baixas	-	8	-	25	45	66	-	144
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>-</u>	<u>(18.472)</u>	<u>(31.558)</u>	<u>(784)</u>	<u>(790)</u>	<u>(1.180)</u>	<u>-</u>	<u>(52.784)</u>

Saldos líquidos	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	58	20.475	14.443	714	1.027	471	2.321	39.509
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.058	20.396	14.623	891	761	438	14.619	62.786

Movimentação do imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Imobilizado Arrendado	Total
Custo									
Saldos em 01 de janeiro de 2012	58	35.830	41.615	979	1.463	1.404	4.009	-	85.358
Adições	-	60	963	85	637	201	1.524	104.230	107.700
Baixas	-	-	(24)	(29)	(489)	(64)	(5)	-	(611)
Transferências	-	1.623	1.213	371	-	-	(3.207)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>58</u>	<u>37.513</u>	<u>43.767</u>	<u>1.406</u>	<u>1.611</u>	<u>1.541</u>	<u>2.321</u>	<u>104.230</u>	<u>192.447</u>
Adições	11.000	14	700	81	-	102	15.708	15.256	42.861
Baixas	-	(58)	(10)	(39)	(60)	(75)	(10)	-	(252)
Transferências	-	1.399	1.724	227	-	50	(3.400)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>11.058</u>	<u>38.868</u>	<u>46.181</u>	<u>1.675</u>	<u>1.551</u>	<u>1.618</u>	<u>14.619</u>	<u>119.486</u>	<u>235.056</u>

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Imobili- Arrendado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	(15.648)	(27.241)	(610)	(631)	(952)	-	-	(45.082)
Adições	-	(1.390)	(2.083)	(95)	(254)	(170)	-	-	(3.992)
Baixas	-	-	-	13	301	52	-	-	366
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(17.038)	(29.324)	(692)	(584)	(1.070)	-	-	(48.708)
Adições	-	(1.442)	(2.234)	(117)	(251)	(176)	-	(10.787)	(15.007)
Baixas	-	8	-	25	45	66	-	-	144
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(18.472)	(31.558)	(784)	(790)	(1.180)	-	(10.787)	(63.571)

Saldos líquidos	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Imobili- Arrendado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	58	20.475	14.443	714	1.027	471	2.321	104.230	143.739
Saldo em 31 de dezembro de 2013	58	20.396	14.623	891	761	438	14.619	108.699	171.485

Em 2013 e 2012, com o auxílio de especialistas internos, foi feita a revisão das vidas úteis dos bens e constatou-se que estão muito próximas das vidas úteis já utilizadas, sendo o efeito imaterial. Dessa forma, a Administração optou por não fazer qualquer ajuste.

Taxa de depreciação

	2013	2012
Edificações	4%	4%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	20%	20%
Equipamentos de computação	20%	20%

Redução ao valor recuperável - O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro.

12. Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 15.

	Indexador	Juros (a.a.)	Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012
Moeda nacional						
FINAME Automático (Banco Alfa)	TJLP	1,15%	-	508	-	508
BNDES Automático (Banco do Brasil)	TJLP	3,50%	-	625	-	625
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	-	8.477	9.242	8.477	9.242
FINAME Itaú	-	3,50%	75	-	75	-
			8.552	10.375	8.552	10.375
Moeda estrangeira						
Financiamento máquinas e equipamentos	CHF-Franco- Suíço	4,125% (SEBR+0,50%)	-	1.353	-	1.353
Vistal	Libor 12 meses	2,00%	-	-	31.645	30.189
Camlann Properties	Libor 12 meses	1,06%	-	-	8.286	8.951
Orly Capital	Libor 12 meses	1,06%	-	-	-	5.007
Banco J Safra	-	1,70% a 1,85%	-	-	1.314	1.201
			-	1.353	41.245	46.701
Total de financiamentos e empréstimos			8.552	11.728	49.797	57.076
Circulante			4.677	7.315	9.336	10.314
Não Circulante			3.875	4.413	40.461	46.762

Cronograma de desembolso

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014	-	4.413	-	5.614
2015	3.523	-	3.523	-
2016	352	-	352	-
2019	-	-	28.300	27.190
2020	-	-	8.286	13.958
	3.875	4.413	40.461	46.762

Garantias - A operação em moeda estrangeira possui como garantia a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados. A Companhia e suas controladas optaram por não realizar nenhum tipo de proteção cambial (*hedge*).

Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN) - Os saldos relativos ao financiamento de tributos estaduais (PROVIN) (Ver nota explicativa nº 22) são compostos apenas pelos valores que efetivamente serão pagos e originados pelo incentivo fiscal estadual.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants) - Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros ou manutenção de saldos em garantias.

13. Impostos e contribuições a recolher**a. Composição dos saldos - passivo circulante**

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
ICMS	4.831	14.131
INSS	418	338
Outros	878	974
Total	6.126	15.443

b. Composição dos saldos - passivo não circulante

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
PIS	462	462
Salário-educação	513	513
PIS - Carta de Fiança	535	535
Total	1.510	1.510

14. Provisão para contingências - A Companhia e suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. O valor provisionado refere-se a um processo judicial com a Companhia Docas do Ceará - CDC, cuja atualização é realizada pela variação da taxa Selic. No exercício, o montante da atualização foi de R\$ 91 (R\$ 94 em 2012). Nossos assessores jurídicos acreditam que esta causa é possível de ganho, porém a administração optou por manter a provisão. Abaixo, demonstramos a movimentação das provisões:

	Controladora e consolidado		Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011		<u>2.538</u>				
Adições		94				
Saldo em 31 de dezembro de 2012		<u>2.632</u>				
Adições		91				
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>2.723</u>				
Em 31 de dezembro de 2013, o valor total de causas passivas julgadas como possíveis de perda é de R\$ 3.373 (R\$ 3.715 em 2012), para os quais não foi constituída provisão, como previsto pelas práticas contábeis. 15. Instrumentos financeiros - Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral - A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital. Estrutura de gerenciamento de risco - A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Riscos de crédito - Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo. Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:						
		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>			
		2013	2012	2013	2012	
Caixa e equivalentes de caixa	108.720	153.388	109.197	155.163		
Aplicações financeiras	-	-	36.971	28.000		
Contas a receber e outros créditos	43.711	39.655	43.711	39.655		
	<u>152.431</u>	<u>193.043</u>	<u>189.879</u>	<u>222.818</u>		
Contas a receber e outros recebíveis - A política de crédito da Companhia não permite grandes concentrações de vendas, como também não permite prazos distintos ao próprio ciclo do negócio. As equipes de vendas são treinadas para acompanhar a trajetória operacional de cada cliente de modo que estejam, sempre, atualizadas sobre o nível de atividade econômica do setor e da região que atuam. Com esta postura é possível manter um adequado índice de inadimplência e uma boa previsibilidade contra possíveis perdas. Adicionalmente, a Companhia possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante de R\$ 4.717 (R\$ 3.644 em 2012) representativos de 9,89% (8,96% em 2012) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito. A política de gestão de risco define que a Companhia e suas controladas somente estão autorizadas a efetuar operações com instituições financeiras sólidas. Atualmente, todas as aplicações financeiras estão concentradas em um Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo Banco Itaú S.A, que segue rigorosamente as definições para as aplicações financeiras. O Fundo foi constituído para administrar os recursos das empresas que fazem parte do grupo empresarial no qual a Companhia encontra-se inserida. Os recursos estão diluídos diretamente em títulos de renda fixa e em cotas de outros fundos de investimento, promovendo uma diversificação na carteira de tal ordem que os riscos ficam bastante reduzidos. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia e suas controladas procuram manter uma boa liquidez com relação à política de gestão de riscos. Por este motivo há o acompanhamento permanente das disponibilidades líquidas, alinhada com a política de compras e de estoque de modo a não gerar nova necessidade de captação de recursos. O resultado desta política resulta no saldo elevado de recursos aplicados, equivalente a quatro meses de faturamento líquido. A Companhia só utiliza instrumentos financeiros de captação para investimentos, sendo linhas de longo prazo. Os vencimentos contratuais de passivos financeiros são apresentados na Nota Explicativa nº 12. Risco de mercado - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a. Risco de taxa de câmbio - A Companhia possuía um pequeno saldo de endividamento em franco-suíço para aquisição de máquinas e equipamentos, investimento ocorrido em 2009 com o objetivo de ampliação do parque industrial. Este endividamento foi quitado em 2013. A controlada North Mills Holdings Corporation é sediada no exterior e seus ativos e passivos estão sujeitos à variação cambial, sendo a contratação em dólar norte americano. A política de gestão do risco de câmbio da Companhia objetiva limitar o nível de captação de recursos em moeda estrangeira de modo a não comprometer os resultados operacionais, tendo em vista que o saldo devedor integral da operação é muito inferior à geração de caixa anual e até mesmo ao resultado líquido. Já os passivos de suas controladas são liquidados na mesma moeda de captação das investidas e não geram exposição significativa que possam gerar perdas para a Companhia. Desta forma, oscilações da taxa de câmbio não impactam de forma representativa o resultado da Companhia.						
		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>			
		Saldo Contábil	Valor justo	Saldo Contábil	Valor Justo	
31 de dezembro de 2012						
Disponíveis para venda						
Aplicações financeiras		-	-	28.000	28.000	
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	153.388	153.388	155.163	155.163		
Contas a receber de clientes	37.017	37.017	37.017	37.017		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	3.246	3.246	3.246	3.246		
Financiamentos com instituições financeiras	11.728	11.728	57.076	57.076		
31 de dezembro de 2013						
Disponíveis para venda						
Aplicações financeiras		-	-	36.971	36.971	
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	108.720	108.720	109.197	109.197		
Contas a receber de clientes	42.931	42.931	42.931	42.931		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	1.790	1.790	1.790	1.790		
Financiamentos com instituições financeiras	8.552	8.552	49.797	49.797		
16. Partes relacionadas - a. Controladora - A parte controladora final do Grupo é Kalila Representações Comerciais Ltda. b. Transações com partes relacionadas - Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, assim como transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora, controladas, controladas em conjunto e outras partes relacionadas. As empresas com as quais a Companhia mantém relações são:						

Partes relacionadas**Controlada**

North Mills Holdings Corporation

Controlada em conjunto

Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.

Outras partes relacionadas

IESC - Iguatemi Empresa de Shopping Centers

La Fonte Participações S.A.

La Fonte Telecom S.A.

New Invest Imobiliária e Participações S.A.

MLRJ Imobiliária S.A.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora	
	2013	2012
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
North Mills Holding Corporation	3.514	47.267
Passivo não circulante		
Adiantamentos de lucros		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.200	1.200
Resultado		
Custo dos Produtos Vendidos		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	3.698	3.056
Outras Receitas		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	-	289

17. Patrimônio Líquido

a. Capital social - O capital social da Companhia é composto de 45.923.409 ações, sendo 44.456.449 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 18 de setembro de 2012, houve aumento de capital, no montante de R\$ 9.739, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Federal, passando de R\$ 44.692 para R\$ 54.431, sem modificação do número de ações. Em 28 de fevereiro de 2013, conforme ata de reunião do conselho de administração, houve aumento de capital, no montante de R\$ 523, em decorrência da incorporação da reserva de reinvestimento, passando de R\$ 54.431 para R\$ 54.954, sem modificação do número de ações. Em 8 de julho de 2013, houve aumento de capital, no montante de R\$ 13.081, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Federal, passando de R\$ 54.954 para R\$ 68.035, sem modificação do número de ações. Em 22 de agosto de 2013, houve aumento de capital, no montante de R\$ 108.732, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Estadual, passando de R\$ 68.035 para R\$ 176.767, sem modificação do número de ações. **b. Ações em tesouraria** - A Companhia em 2010 possuía em tesouraria 6.346.981 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais de sua própria emissão para futura alienação e/ou cancelamento. Em 2011, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, houve alienação de 3.401.360 ações ordinárias, no montante de R\$ 15.000, tendo sido apurado ágio de R\$ 11.804. O saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, não sendo alteradas as ações preferenciais. **c. Reserva de capital** - Refere-se ao ágio gerado pela alienação de ações em tesouraria, conforme mencionado acima. **d. Reserva de lucros** - **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de incentivos fiscais** - A parcela da reserva de incentivos fiscais referente ao Lucro da Exploração do exercício de 2012 no valor de R\$ 13.081 foi incorporada ao capital social por se tratar de subvenção do Governo Federal. **Reserva de lucros (retenção de lucros)** - Constituída com o objetivo de fazer frente aos investimentos da Companhia e preservar o seu capital de giro.. **e. Ajustes de avaliação patrimonial** - Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de controlada no exterior. **f. Dividendos** - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	59.868	98.051
(-) Reserva legal	(2.993)	(1.948)
(-) Reserva incentivos	(30.932)	(33.839)
Base de cálculo	25.943	62.264
Dividendo mínimo obrigatório	6.486	15.565

A Administração da Companhia irá propor a incorporação da reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais e retenções de lucros) ao capital social na Assembleia Geral Ordinária de acionistas a ser realizada em abril de 2014.

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta	510.789	433.660	514.932	433.660
Impostos sobre vendas	(67.532)	(45.546)	(67.532)	(45.546)
Devoluções e abatimentos	(10.475)	(11.080)	(10.475)	(11.080)
Receita operacional líquida	432.782	377.034	436.925	377.034

Principal natureza das transações

Adiantamento para futuro aumento de capital

Prestação de serviço na descarga de trigo e adiantamentos de dividendos

Não houve transações no exercício

Não houve transações no exercício

Não houve transações no exercício

Não houve transações no exercício

Não houve transações no exercício

19. Despesas de vendas

	Controladora		Controladora e Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com pessoal	9.931	9.397	9.931	9.397
Fretes	31.540	29.370	31.540	29.370
Seguros s/fretes	312	281	312	281
Capatazia	2.896	2.805	2.896	2.805
Viagens e estadias	340	359	340	359
Propaganda e publicidade	1.142	999	1.142	999
Serv.prestados pessoa física	40	55	40	55
Serv.prestados pessoa jurídica	3.805	3.357	3.805	3.357
Outras	5.325	4.229	5.325	4.229
	55.331	50.852	55.331	50.852

20. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com pessoal	8.313	9.128	8.313	9.128
Viagens e estadias	388	291	388	291
Serv.prestados pessoa física	1.468	1.812	1.468	1.812
Serv.prestados pessoa jurídica	5.154	2.052	5.154	2.052
Impostos, taxas e contribuições	789	888	789	888
Depreciação e Amortização	576	580	576	580
Outros	6.931	6.854	6.931	6.854
	23.619	21.605	23.619	21.605

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Juros incorridos	(707)	(893)	(5.230)	(2.638)
Variações cambiais passivas	(1.871)	(624)	(2.818)	(1.849)
Outros	(1.933)	(867)	(2.314)	(4.297)
	(4.511)	(5.384)	(10.362)	(8.784)
Receitas financeiras				
Juros auferidos	9.852	12.180	13.218	16.860
Variações monetárias ativas	-	2	-	2
Variações cambiais ativas	1.238	935	3.181	2.461
Outros	105	31	1.058	1.371
	11.195	13.148	17.457	32.894
Total	6.684	7.764	7.095	24.110

22. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	71.974	114.519
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Parcela sobre a qual não incide o adicional	(20)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(24.451)	(38.916)
Adições permanentes	(7.639)	(4.945)
Exclusões permanentes	4.058	7.089
Incentivo estadual	7.855	7.059
Incentivos federais	8.071	13.245
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	(12.106)	(16.468)
Alíquota efetiva	17%	14%

23. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 133.325 (R\$ 93.777 em 2012) para danos materiais, R\$ 126.528 (R\$ 119.260 em 2012) para lucros cessantes e R\$ 3.950 (R\$ 3.950 em 2012) para responsabilidade civil.

24. Subvenções e assistências governamentais - Incentivo Fiscal

Federal - Redução da alíquota do Imposto de Renda - Lucro da Exploração - A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do Imposto de Renda de 75% sobre os lucros operacionais originados pelas suas atividades principais (lucro da exploração). Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do Imposto de Renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2013, a Companhia auferiu R\$ 7.832 desse tipo de incentivo (R\$ 13.081 em 2012). **Incentivo Fiscal Estadual - PROVIN - Estado do Ceará** - O Governo do Estado do Ceará, atendendo às políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à ampliação e modernização

do parque moageiro da Companhia, sediado na cidade de Fortaleza, capital do estado. O incentivo consiste no diferimento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento de 63,75% sobre o ICMS normal devido. Até 2012 era calculado com base nas quantidades adquiridas de trigo em grão, conforme Decreto nº 30.195/10; a partir de 2013 passou a ser calculado com base nas quantidades vendidas, conforme estabelecido pelo Decreto nº 31.109/13. O benefício é condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS, e sua obtenção deriva do atendimento a parâmetros da política de desenvolvimento do governo, dentre os principais o volume do investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, a localização da produção e outros aspectos econômicos e sociais. Em 2013 e 2012, atendendo ao CPC nº 07, item 12, estes incentivos foram reconhecidos no resultado como redutores das despesas que se pretendem compensar. O incentivo fiscal de ICMS foi deduzido das despesas de ICMS sobre vendas. Em 2013, a Companhia auferiu R\$ 23.100 desse tipo de incentivo (R\$ 20.758 em 2012). **25. Medida provisória nº 627 – MP 627** - A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se

irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. Entretanto, de acordo com as análises, a Administração, entende que não haverá impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente
Vera Ribeiro Jereissati - Vice-presidente
Carlos Jereissati
Diana Jereissati Legey
Pedro Jereissati
Aparecido Carlos Correia Galdino
Sidnei Nunes

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Roberto Schneider - Diretor-presidente
Pedro Jereissati - Diretor vice-presidente
Carlos Jereissati - Diretor
Lia Ribeiro Jereissati - Diretora
Alexandre Jereissati Legey - Diretor

CONTADORA

Andréa Carla de Melo Ferreira
CRC/CE nº 010893/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Grande Moinho Cearense S.A. Fortaleza - CE. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grande Moinho Cearense S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado e de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grande Moinho Cearense S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza, 21 de fevereiro de 2014.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

*** **

DUCOCO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S/A - CNPJ Nº 09.426.032/0001-28 NIRC 23300005678. ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. DATA: 28 de janeiro de 2014. **LOCAL E HORA:** Sede social da companhia à Avenida Anastácio Braga, 2776 - Itaipoca - Ceará, CEP 62050-000, às 9:00 horas. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, nas edições dos dias 09/01/2014, 10/01/2014 e 13/01/2014, fls. 41, 203 e 499, e no Jornal “O Estado”, edições dos dias 09/01/2014, 10/01/2014 e 13/01/2014, fls. 7, 7 e 14, respectivamente. Compareceram os acionistas representando a totalidade do capital social votante: Sr. Nelson Nogueira Pinheiro, Sr. Marcos Antônio Frota Rosa, Sra. Marta Maria Rosa Pinheiro e Sr. Eduardo Rosa Pinheiro. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Eduardo Rosa Pinheiro. Secretário: Flavio Nelson Fernandes. **ORDEM DO DIA:** a) Incorporação da reserva de incentivo fiscal ao capital social; b) Redução do capital social, por julgá-lo excessivo para as atividades da empresa, com devolução ao acionista Nelson Nogueira Pinheiro; c) Alteração da redação do caput do Artigo 5º, do Estatuto Social. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas pela unanimidade dos acionistas presentes, representando a totalidade do capital social votante, as seguintes matérias: a) Aprovação do aumento do capital social da Companhia em R\$ 356.096,50 (trezentos e cinquenta e seis mil, noventa e seis reais e cinquenta centavos), sem emissão de novas ações e proporcionalmente à participação atual dos acionistas no capital social, mediante a incorporação de reserva de incentivo fiscal; b) Aprovação da redução do capital social em R\$ 980.710,81 (novecentos e oitenta mil, setecentos e dez reais e oitenta e cinco centavos), com o cancelamento de 2.444.978 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentas e setenta e oito) ações ordinárias e 50.603 (cinquenta mil, seiscentas e três) ações preferenciais da classe A atualmente de titularidade do acionista Nelson Nogueira Pinheiro, com restituição de valores ao acionista. c) Em razão das deliberações acima, aprovação da alteração da redação do caput do Artigo 5º, que passa a ter a seguinte redação: “O capital social autorizado pela Assembleia Geral, em conformidade com o que dispõe o Artigo 168 da Lei 6.404/76, é de R\$ 38.840.000,00 (trinta e oito milhões, oitocentos e quarenta mil reais), dividido em 114.000.000 (cento e quatorze milhões) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 113.610.000 (cento e treze milhões, seiscentos e dez mil) ações ordinárias com direito a voto e **390.000 (trezentos e noventa mil)** ações preferenciais, sendo 157.000 (cento e cinquenta e sete mil) ações da classe “A” e 233.000 (duzentos e trinta e três mil) ações da classe “B”. O capital subscrito e integralizado é de R\$ 11.865.995,12 (onze milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e noventa e cinco reais e doze centavos), dividido em 34.305.962 (trinta e quatro milhões, trezentos e cinco mil, novecentos e sessenta e duas) ações ordinárias com direito a voto e 81.693 (oitenta e uma mil, seiscentas e noventa e três) ações preferenciais, sendo 2.871 (duas mil, oitocentas e setenta e uma) ações da classe “A” e 78.822 (setenta e oito mil, oitocentas e vinte e duas) ações da classe “B”. Absteram-se de votar os legalmente impedidos. **DISSIDÊNCIAS:** Não houve dissidências, nem votos em contrário. **ASSINATURAS:** Eduardo Rosa Pinheiro (acionista e presidente), Flavio Nelson Fernandes (secretário), Nelson Nogueira Pinheiro (acionista), Marta Maria Rosa Pinheiro (acionista) e Marcos Antônio Frota Rosa (acionista). **CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO. EDUARDO ROSA PINHEIRO - Presidente; FLAVIO NELSON FERNANDES - Secretário.**

*** **